

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022 e o
relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A** (“**SMTE**” ou “**Companhia**”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A SMTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	679,86
Tensão em kV:	500
Subestações próprias/ acessadas:	5

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 157.519 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e dezenove mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 161.474 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	10,00	12,07
• Liquidez corrente	4,81	4,47
• Relação patrimônio líquido/ativo	90,00%	91,72%
• Relação passivo não circulante/ativo	1,99%	2,24%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	15,14%	17,78%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	18,37%	23,44%
Ativos totais – R\$	666.848	555.722
Lucro líquido do exercício – R\$	90.843	90.623

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos

os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

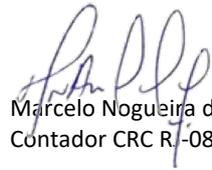
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC R.-086312/O-6

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	218.751	107.760
Concessionárias e permissionárias	8	19.510	21.141
Contas a receber - partes relacionadas	28	4.254	3.151
Estoques	10	4.108	4.619
Adiantamento a fornecedores		657	109
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	622	7.380
Outros impostos a recuperar	9	4.686	2.259
Outros ativos circulantes	11	4.833	3.834
		257.421	150.253
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	14	9.027	9.725
Imobilizado não vinculado à concessão	12	1.728	2.170
Imobilizado	12	390.084	385.330
Intangível	13	8.588	8.244
		409.427	405.469
Total do ativo		666.848	555.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		4.669	1.969
Fornecedores - partes relacionadas	28	1.083	1.251
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	29.091	15.351
Outros impostos a pagar	15	2.978	2.128
Taxas regulamentares	16	9.124	8.158
Dividendos propostos	19	395	-
Obrigações sociais e trabalhistas	17	6.125	4.733
		53.465	33.590
Passivo não circulante			
Outras contas a pagar com partes relacionadas	28	-	14
Outras provisões - compensação ambiental		2.762	4.073
Provisão para contingências	18	9.081	6.890
Outros passivos não circulantes		1.410	1.473
		13.253	12.450
Patrimônio líquido	19		
Capital social		520.359	520.359
Reserva Legal		2.079	-
Reserva de Lucros		39.113	-
Lucros /(Prejuízo) acumulados		38.579	(10.677)
		600.130	509.682
Total do passivo e do patrimônio líquido		666.848	555.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	151.925	153.482
Custo da operação	21	<u>(36.516)</u>	<u>(34.068)</u>
Lucro bruto		115.409	119.414
Despesas gerais e administrativas	22	(11.222)	(4.966)
Outras (despesas)/receitas operacionais	24	<u>6.031</u>	<u>5.047</u>
Lucro antes do resultado financeiro		110.218	119.495
Resultado financeiro	25	<u>18.652</u>	<u>(9.230)</u>
Receita financeira		18.422	44.730
Despesa financeira		230	(53.960)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>128.870</u>	<u>110.265</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(38.027)	(19.642)
Lucro líquido do exercício		<u><u>90.843</u></u>	<u><u>90.623</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	90.843	90.623
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>90.843</u>	<u>90.623</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro /(Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	274.500	-	-	(101.300)	173.200
Aumento de capital (Nota explicativa 19)	245.859	-	-	-	245.859
Lucro líquido do exercício	-	-	-	90.623	90.623
Saldo em 31 de dezembro de 2021	520.359	-	-	(10.677)	509.682
Lucro líquido do exercício	-	-	-	90.843	90.843
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 19)	-	2.079	-	(2.079)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota explicativa 19)	-	-	39.113	(39.113)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 19)	-	-	-	(395)	(395)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	520.359	2.079	39.113	38.579	600.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		128.870	110.265
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar		-	11.980
Depreciação e amortização		20.175	19.875
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(194)
Baixa de imobilizado e intangível	12/13	-	1.050
Amortização - Obrigações especiais		(64)	(64)
Provisão para perda de crédito esperada	8	933	(39)
Provisão para contingência	18	2.191	6.397
Atualização monetária - Compensação ambiental		(1.311)	(126)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		698	(1.165)
Contas a receber - partes relacionadas		(1.102)	21
Estoques		511	(63)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.759	(7.378)
Outros impostos a recuperar		(2.427)	(958)
Adiantamentos a fornecedores		(548)	497
Outros ativos		(302)	(7.710)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		2.519	898
Tributos e contribuições sociais		13.910	25.183
Taxas regulamentares		966	(942)
Outros passivos		1.392	(4.076)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		173.170	153.451
Compensação Ambiental		-	(1.856)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(23.030)	(31.908)
Outros impostos pagos		(14.318)	(14.586)
Juros pagos		-	(6.377)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		135.822	98.724
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12/13	(24.831)	(6.486)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(24.831)	(6.486)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos		-	(41.063)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		-	(41.063)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		110.991	51.175
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		107.760	56.585
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		218.751	107.760

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“SMTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2008 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziânia, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 314 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV W Luziânia-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 110 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (iii) Linha de Transmissão 500 W kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188W km, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Linha de Transmissão 500 W kV Luziânia-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 67 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziânia, Paracatu IV e Samambaia.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.932/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-033 - SE Luziânia - novo banco de reatores de barra 500kV.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 12.266/22, alterada posteriormente pela Resolução Autorizativa nº 13.312/23, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2022-078 - Reforço na SE Paracatu 4 - instalação do 3º TR 500/138 kV, 3x100 MVA, conexões, e IB 500kV.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$66.900 (sessenta e seis milhões e novecentos mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000 (setenta milhões) para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 149.242 (cento e quarenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 161.475 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 157.518 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e dezoito mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o

consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de Abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias (“DCRs”) foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resolução vigente veja nota explicativa 12 - Imobilizado e 13 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em

funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

3.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;

- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as

jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que

não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (i) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

4.12 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5 Normas e interpretações novas e revisadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante		257.421	75.463	332.884	150.253	152.107	302.360
Caixa e equivalentes de caixa		218.751	-	218.751	107.760	-	107.760
Concessionárias e permissionárias		19.510	-	19.510	21.141	-	21.141
Contas a receber – partes relacionadas		4.254	-	4.254	3.151	-	3.151
Estoques		4.108	-	4.108	4.619	-	4.619
Adiantamentos a fornecedores		657	-	657	109	-	109
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		622	-	622	7.380	-	7.380
Outros impostos a recuperar		4.686	-	4.686	2.259	-	2.259
Ativo de contrato	a/ g	-	75.463	75.463	-	152.107	152.107
Outros ativos circulantes		4.833	-	4.833	3.834	-	3.834
Ativo não circulante		409.427	4.555	413.982	405.469	(17.609)	387.860
Ativo de contrato	a/ g	-	401.874	401.874	-	374.972	374.972
Outros ativos não circulantes		9.027	-	9.027	9.725	-	9.725
Imobilizado não vinculado à concessão		1.728	-	1.728	2.170	-	2.170
Imobilizado	b	390.084	(389.593)	491	385.330	(384.806)	524
Intangível	b	8.588	(7.726)	862	8.244	(7.775)	469
		666.848	80.018	746.866	555.722	134.498	690.220

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		53.465	-	53.465	33.590	-	33.590
Fornecedores terceiros		4.669	-	4.669	1.969	-	1.969
Fornecedores partes relacionadas		1.083	-	1.083	1.251	-	1.251
Imposto de renda e contribuição social a pagar		29.091	-	29.091	15.351	-	15.351
Outros impostos a pagar		2.978	-	2.978	2.128	-	2.128
Taxas regulamentares		9.124	-	9.124	8.158	-	8.158
Dividendos propostos		395	-	395	-	-	-
Outros passivos circulantes		6.125	-	6.125	4.733	-	4.733
Passivo não circulante		13.253	118.597	131.850	12.450	137.239	149.689
Outras contas a pagar com partes relacionadas		-	-	-	14	-	14
Outras provisões - compensação ambiental		2.762	-	2.762	4.073	-	4.073
Provisão para contingências		9.081	-	9.081	6.890	-	6.890
Impostos diferidos	c	-	120.007	120.007	-	138.712	138.712
Outros passivos não circulantes	g	1.410	(1.410)	-	1.473	(1.473)	-
Patrimônio líquido		600.130	(38.579)	561.551	509.682	(2.741)	506.941
Capital social		520.359	-	520.359	520.359	-	520.359
Reserva legal		2.079	-	2.079	-	-	-
Reserva de Lucros		39.113	-	39.113	-	-	-
Lucro / (prejuízo) acumulado	d/e	38.579	(38.579)	-	(10.677)	(2.741)	(13.418)
		666.848	80.018	746.866	555.722	134.498	690.220

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	151.925	(46.653)	105.272	153.482	(49.887)	103.595
Custo da operação	e	(36.516)	(3.134)	(39.650)	(34.068)	13.937	(20.131)
Lucro bruto		115.409	(49.787)	65.622	119.414	(35.950)	83.464
Despesas gerais e administrativas		(11.222)	-	(11.222)	(4.966)	-	(4.966)
Outras (despesas) / receitas operacionais		6.031	-	6.031	5.047	-	5.047
Resultado antes do resultado financeiro		110.218	(49.787)	60.431	119.495	(35.950)	83.545
Resultado financeiro		18.652	-	18.652	(9.230)	-	(9.230)
Receita financeira		18.422	-	18.422	44.730	-	44.730
Despesa financeira		230	-	230	(53.960)	-	(53.960)
Lucro antes dos impostos		128.870	(49.787)	79.083	110.265	(35.950)	74.315
Imposto de renda e contribuição social correntes		(38.027)	-	(38.027)	(19.642)	-	(19.642)
Imposto de renda e contribuição diferidos	c	-	13.949	13.949	-	3.146	3.146
Lucro líquido do exercício		90.843	(35.838)	55.005	90.623	(32.804)	57.819

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido societário	561.551	506.941
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(477.337)	(527.079)
Imobilizado	389.593	384.806
Intangível	7.726	7.775
Impostos diferidos passivos	120.007	138.713
Outros passivos circulantes	(1.410)	(1.474)
Patrimônio Líquido regulatório	600.130	509.682

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido conforme contabilidade societária	55.005	57.819
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(76.661)	(86.065)
Margem de construção	173.066	179.927
Outras receitas	(22.607)	(33.743)
PIS/COFINS Diferido	(4.755)	(5.085)
Depreciação regulatória	(19.256)	(19.084)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(13.949)	(3.146)
Lucro líquido regulatório	90.843	90.623

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

b. Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

c. *Ativo imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

d. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

e. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

f. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

g. Obrigações especiais

Diferença entre a Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) e a Demonstração Financeira Societária (DF) referente as obrigações especiais, que na DF para uma melhor apresentação foi absorvida do total do ativo imobilizado em serviço e na DCR para uma melhor apresentação das movimentações do imobilizado, foi mantido os registros das obrigações especiais em outros passivos não circulantes e no ativo imobilizado.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Banco	448	1.457
Aplicações financeiras (i)	218.303	106.302
	218.751	107.760

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa média de 103,98% do CDI no exercício de 2022 e de 104,21% do CDI em 2021. A variação refere-se a sobra de caixa aplicadas em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação) e além disso, no exercício de 2022 não tivemos o evento de quitação de principal e juros de empréstimo com a SGID.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	18.642	19.690
Vencidas até 30 dias	22	15
Vencidas até 60 dias	5	279
Vencidas até 90 dias	13	6
Vencidas até 120 dias	8	6
Vencidas até 180 dias	898	6
Vencidas há mais de 180 dias	890	1.174
	20.478	21.176
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(968)	(35)
	19.510	21.141

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em

andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(35)	(74)
Reversão	12	39
Adição (i)	(945)	-
	(968)	(35)
Saldo final	(968)	(35)

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

9 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
CSLL a Recuperar	2	2
IRPJ saldo negativo (i)	446	4.754
CSLL saldo negativo (i)	174	2.624
	622	7.380
	622	7.380

Outros impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	2.419	-
INSS a recuperar	2.054	2.232
IRRF retido de clientes	117	-
Outros impostos a recuperar	96	27
	4.686	2.259
	4.686	2.259

- (i) Variação refere-se utilização dos créditos de saldos negativos durante o exercício de 2022.
- (ii) Variação refere-se a não utilização dos créditos de IRRF sobre aplicação financeira no exercício de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

10 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	4.108	4.619
	4.108	4.619
	4.108	4.619

- (i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

11 Outros ativos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas pagas antecipadamente	111	87
Serviços prestados à terceiros - P&D (i)	4.632	3.727
Outros	90	20
	<u>4.833</u>	<u>3.834</u>

- (i) Variação refere-se a gastos com pesquisa e desenvolvimento tais como projetos de licenciamento ambiental do sistema de transmissão, entre outros.

12 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	624.494	-	-	7.716	632.210	7.716	(270.460)	361.750	373.284
Terrenos	401	-	-	-	401	-	-	401	401
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.218	-	-	71	6.289	71	(3.189)	3.100	3.246
Máquinas e equipamentos	616.218	-	-	6.587	622.805	6.587	(266.088)	356.717	368.970
Veículos	1.618	-	-	1.058	2.676	1.058	(1.146)	1.530	663
Móveis e utensílios	39	-	-	-	39	-	(37)	2	4
Administração	951	-	-	66	1.017	66	(725)	292	345
Máquinas e equipamentos	314	-	-	66	380	66	(218)	162	147
Veículos	637	-	-	-	637	-	(507)	130	198
	625.445	-	-	7.782	633.227	7.782	(271.185)	362.042	373.629
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	11.522	24.036	-	(7.716)	27.842	16.320	-	27.842	11.522
Máquinas e equipamentos	2.953	1.305	-	(561)	3.697	744	-	3.697	2.953
Outros	8.569	22.731	-	(7.155)	24.145	15.576	-	24.145	8.569
Administração	179	87	-	(66)	200	21	-	200	179
Máquinas e equipamentos	116	87	-	(66)	137	21	-	137	116
Outros	63	-	-	-	63	-	-	63	63
	11.701	24.123	-	(7.782)	28.042	16.341	-	28.042	11.701
Ativo imobilizado	637.146	24.123	-	-	661.269	24.123	(271.185)	390.084	385.330

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	5.166	86	-	-	5.252	86	(3.524)	1.728	2.170
Ativo não vinculado	5.166	86	-	-	5.252	86	(3.524)	1.728	2.170

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	632.210	(270.460)	361.750	373.284
Administração	7,51%	1.017	(725)	292	345
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	5.252	(3.524)	1.728	2.170
		638.479	(274.709)	363.770	375.799

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos

a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Transmissão	Valor
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	71
Máquinas e Equipamentos	1.305
Veículos	1.288
Móveis e Utensílios	3
Projetos - diversos	19.199
Adiantamentos a Fornecedores	2.170
Total das adições	24.036

Administração	Valor
Máquinas e Equipamentos	87
Total das adições	87

12.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

	Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	PAINEL 1PPAL6 DE PROTECAO ALTERNADA DA LT 138 KV PARA PARACATU 8 (L6) FUNCAO- PROTECAO, LOCAL- CASA DE CONTROLE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.247
2.	PAINEL 1PCPL6 DE PROTECAO PRINCIPAL DA LT 138 KV PARA PARACATU 8 (L6) FUNCAO- PROTECAO, LOCAL- CASA DE CONTROLE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.247
3.	BARRAM. FLEX LONGIT., TRIF., 2 COND. FASE E 36 M CL.TENS V- 138.000 ALUMINIO ALMA ACO ISOLAM.- NU 954 MCM, RAIL, VAO LT P PARACATU 8	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	542
4.	DISJUNTOR 6112 TENSAO(V)145.000 CORR. NOM. (A)- 3.150 A GAS (SF6) EXTERNO CAP. INTERRUP. (KA)- 40,00, GE, GL312P-F1, VAO LT P. PARACATU 8	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	301
5.	COLUNA 2 TRELICADAS 19 M SUPORTE BARRAMENTO LONGITUDINAL CHEGADA LT PARACATU 8 ACO, CIELT, VAO LT P. PARACATU 8	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	268
6.	VIGA 2 TRELICADAS 12 M SUPORTE BARRAMENTO LONGITUDINAL CHEGADA DA LT PARACATU 8 ACO, CIELT, PATIO - VAO LT P. PARACATU 8	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	268
7.	ANALISADOR DE CORRENTE DE FUGA PARA-RAIO BARRAM. FLEX. CH.SECC. 6001 E 6113 AO DJ 6002, TRIF., 2 COND.FASE E 17M TENS. (V)138.000 ALUMINIO ALMA ACO NU 954 MCM, VAO LT P. PARACATU 8	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	261
8.	PARACATU 8	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	256
9.	HILUX CD DSL POWER PACK - 4X4 TURBO DIESEL - CHASSI: 8AJDA3CD3N1826971 - ANO FAB/MOD: 2022/2022	VEÍCULOS	232
10.	HILUX CD DSL POWER PACK - PICK UP 4X4 TURBO DIESEL - CHASSI: 8AJDA3CDXN1826983 - ANO FAB/MOD: 2022/2022	VEÍCULOS	232
	Total das adições		4.854

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
LENOVO SR530 - THINKSYSTEM 64 GB - THINKSYSTEM 32GB -	MAQUINAS E	
1. THINKSYSTEM 2.5 - BROADCOM - THINKSYSTEM 550W - LINE CORD	EQUIPAMENTOS	37
SWITCH HUAWEI MODELO S57 0 35-L24P4S-A1 COM 24 PORTAS DE ATE 1	MAQUINAS E	
2. 000 MBITS/S ETH	EQUIPAMENTOS	18
SWITCH HUAWEI MODELO S57 0 35-L24P4S-A1 COM 24 PORTAS DE ATE 1	MAQUINAS E	
3. 000 MBITS/S ETH	EQUIPAMENTOS	11
Total das adições		66

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

No exercício de 2022 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

13 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valorem 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	7.583	-	-	28	7.611	28	(199)	7.412	7.455
Servidões	7.252	-	-	-	7.252	-	-	7.252	7.252
Softwares	331	-	-	28	359	28	(199)	160	203
Administração	264	-	-	1.004	1.268	1.004	(405)	863	66
Licença de uso software	64	-	-	936	1.000	936	(230)	770	41
Softwares	200	-	-	68	268	68	(175)	93	25
	7.847	-	-	1.032	8.879	1.032	(604)	8.275	7.521
Ativo intangível em curso									
Transmissão	319	20	-	(28)	311	(8)	-	311	319
Softwares	319	20	-	(28)	311	(8)	-	311	319
Administração	404	602	-	(1.004)	2	(402)	-	2	404
Softwares	404	602	-	(1.004)	2	(402)	-	2	404
	723	622	-	(1.032)	313	(410)	-	313	723
Ativo Intangível	8.570	622	-	-	9.192	622	(604)	8.588	8.244

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	7.611	(199)	7.412	7.455
Administração	10,00%	1.268	(405)	863	66
		8.879	(604)	8.275	7.521

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

	Valor
Transmissão	
Software	20
Total das adições	20
Administração	
Software	602
Total das adições	602

13.2 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Transmissão - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	SERVICO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO P&D	SOFTWARE	8
2.	LICENCA DE USO SOFTWARE	SOFTWARE	9
3.	SERVICOS DE INSTALACAO	SOFTWARE	11
Total das adições			28
Administração - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
4.	LICENCAS DA SOLUCAO DARKTRACE	LICENÇA DE USO SOFTWARE	925
5.	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS - AHGORA	LICENÇA DE USO SOFTWARE	10
5.	LICENCIAMENTO OU CESSAO DE USO DE PROGRAMAS - L-MLIC-S57L_CH - S57XX-L SERIES BASIC SW,PER DEVICE	LICENÇA DE USO SOFTWARE	1
7.	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS	SOFTWARE	7
8.	LICENCAS DE SOLUCAO DARKTRACE	SOFTWARE	54
9.	PN:9EM 006522 WINSVRSTDCORE 2019 SNGL O LP 16LLICSIC NL CORELIC	SOFTWARE	7
Total das adições			1.004

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022
 Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2022.

14 Outros ativos não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	-	10
Reembolsos (i)	9.115	9.678
Antecipação de seguros	25	37
Ordem de desativação em curso (ii)	(113)	-
	9.027	9.725
	9.027	9.725

- (i) Valor refere-se a reembolso para as contingências cíveis, ambientais e tributárias apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda da aquisição da Companhia, onde a mesma comprometeu-se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstos no Contrato.
- (ii) Variação refere-se a recebimento devido sinistro de veículos que será baixado após trâmites de aprovações.

15 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	22.386	11.692
CSLL (i)	6.705	3.659
	29.091	15.351
	29.091	15.351
Outros impostos a pagar		
Pis (ii)	269	119
Cofins (ii)	1.264	554
INSS	684	682
Imposto de renda retido na fonte	75	70
ISS	161	171
FGTS	133	116
Outros	392	416
	2.978	2.128
	2.978	2.128

- (i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e de aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL no exercício de 2022. Os créditos serão utilizados somente em 2023.
- (ii) Variação refere-se a utilização de créditos de PIS e COFINS de insumos em 2021 maior que em 2022, pois em 2021 tínhamos créditos de exercícios anteriores.

16 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	708	619
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	1.667	1.669
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	6.749	5.359
Proinfa (iv)	-	511
	9.124	8.158

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 525 (quinhentos e vinte e cinco mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 582 (quinhentos e oitenta e dois mil reais).

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

(iv) Proinfa

Em 17 de Outubro de 2022, através do despacho 2.989, estabeleceu-se um valor fixo das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, para o mês de dezembro de 2022, relativos às concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Variação refere-se a pagamento da taxa dentro da competência de 2022.

17 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias (i)	2.193	1.776
Provisão de bônus (ii)	3.532	2.609
IRRF funcionários	400	348
	6.125	4.733

- (i) Variação refere-se ao aumento de salários e das médias (hora extra) e promoções e méritos.
- (ii) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

18 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia são partes em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos trabalhistas, fiscais, ambientais e servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	6.312	6.312
Servidões	14	147
Ambiental	2.755	417
Trabalhista	-	14
	9.081	6.890

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14	6.312	417	147	6.890
Adições e reversões, líquidas (i)	(15)	-	2.338	(133)	2.190
Atualizações monetárias	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	6.312	2.755	14	9.081

	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>346</u>	<u>147</u>	<u>493</u>
Adições e reversões, líquidas (ii)	14	6.312	71	-	6.397
Atualizações monetárias	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>14</u>	<u>6.312</u>	<u>417</u>	<u>147</u>	<u>6.890</u>

- (i) As reversões se deram em razão de movimentação em processos trabalhistas e de servidão. A redução nas causas trabalhistas se deve ao encerramento do processo 0011044-97.2021.5.18.0181 A adição na causa Ambiental ocorreu principalmente devido ao processo 02001.008344/2012-24 do IBAMA que em 2021 era classificado como possível e passou a ser provável no valor de R\$ 2.277 (dois milhões, duzentos e setenta e sete mil reais). Neste caso aguarda-se julgamento.
- (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial, mudanças de prognóstico e por conta da atualização monetária. As provisões fiscais constituídas referem-se a execução Fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia, com vistas à cobrança de multa formal, corporificada na da Certidão de Dívida Ativa nº 2016/072.629-3, e oriunda de um suposto descumprimento ao art. 54 da Lei estadual nº 2.657/1996. - Atraso apresentação da DECLAN ICMS. referente ao processo nº 0137160-10.2014.4.02.5101. Em 2021 Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial, por unanimidade, foi julgado improvido, em função disto a variação refere-se a mudança de prognóstico de possível para provável.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista (i)	60	2.831
Fiscal (ii)	-	277
Ambiental (iii)	2.803	2.128
Cível (iv)	272	750
Servidões (v)	<u>249</u>	<u>-</u>
	<u>3.384</u>	<u>5.986</u>

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se a duas ações Trabalhistas movidas por empregado próprio da Companhia, envolvendo a discussão acerca de verbas contratuais legais. Os dois casos são relevantes e o valor de exposição lançado na tabela acima diz respeito a apenas um dos casos, que está pendente de julgamento.
- (ii) Processos Fiscais: A variação se deve a decisão que julgou extinta a execução fiscal 0295032-84.2016.8.19.0001 – Estado do Rio de Janeiro x SMTE, com o cancelamento da certidão de débito, a exposição de risco do caso foi a R\$ 0,00. A SMTE aguarda apenas o arquivamento definitivo do caso.
- (iii) Processos ambientais: Refere-se a ação judicial e/ou auto de infração de natureza ambiental recebido pela Companhia, nos quais se discute o descumprimento de condicionantes de licenças ambiental A variação se deve ao processo administrativo 02553.000174_2021-84 – IBAMA x SMTE que ao findar de 2021 era considerado remoto e em 2022 após a realização da audiência de conciliação previa passou a ser classificado como possível, tendo a exposição de R\$ 2.803 (dois milhões, oitocentos e três mil reais).
- (iv) Processos cíveis: Referem-se por exemplo a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e questões fundiárias. Os temas aqui referidos são tratados principalmente nos autos dos seguintes processos: 0007533-49.2008.4.01.3400, do Distrito Federal, e 0154701-57.2013.8.19.0001, do Rio de Janeiro. A variação se deve a mudança de exposição do processo 0007533-

49.2008.4.01.3400 ANEEL que se encontra em fase recursal e teve o seu risco possível reduzido para R\$ 21 (vinte e um mil reais). Compõe o valor de exposição também, o processo 0154701-57.2013.8.19.0001 com uma exposição de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais).

- (v) Servidões: Referem-se a duas ações judiciais nas quais se discute a constituição de servidão para instalação de torres de suporte à linhas de transmissão de energia elétrica. A variação se deve a alteração de prognóstico dos processos 0287097-91.2007.8.09.0128 alterado de remoto para possível com uma exposição de R\$ 242 (duzentos e quarenta e dois mil reais); e o processo 0287093-54.2007.8.09.0128 com uma alterado de remoto para possível com uma exposição de R\$ 6 (seis mil reais).

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme AGE de 30 de setembro de 2021, os Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 274.500 (duzentos e setenta e quatro milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 520.359 (quinhentos e vinte milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais), um aumento, portanto, de R\$ 245.859 (duzentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais), dos quais R\$ 245.859 (duzentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil reais) serão destinados para a conta de capital social e R\$ 0,07 (sete centavos) para conta de reserva de capital, na forma do art. 182, §1º, alínea “a” da Lei das S.A, mediante a emissão de 245.858 (duzentas e quarenta e cinco milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil reais) novas ações ordinárias, nominativas com valor nominal, de R\$ 1,00 (um real) cada. O aumento de capital veio através do contrato de assunção da dívida, onde a SGBH passa a ser credora da dívida que a Companhia tinha com a SGID, através de um aumento de capital, A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u><u>100%</u></u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 39.113 (trinta e nove milhões, cento e treze mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros .

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

No exercício de 2022, os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	55.005	57.819
Absorção do prejuízo	(13.418)	(57.819)
Base para reserva legal	41.587	-
Reserva legal (5%)	(2.079)	-
Base de cálculo para os dividendos	39.508	-
Dividendo mínimo obrigatório	395	-

20 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta (i)	205.038	205.557
Receita Quota CDE	23.079	23.834
Receita Quota PROINFA	5.788	6.547
Receita de rateio de antecipação	(3.554)	(716)
Receita de encargos de transmissão	144.639	140.773
Recuperação de PIS e COFINS	15.537	15.635
Receita rede de fronteira	12.190	12.305
Receita de novas obras RBNI	49	-
Receita de CCT	5.915	5.442
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(5.486)	(3.423)
Indisponibilidade de equipamentos	(862)	(433)
Outras receitas de operação	14	-
Descontos Incidentes na TUST	7.729	5.593
Deduções da receita operacional	(53.113)	(52.075)
PIS	(3.389)	(3.389)
COFINS	(15.612)	(15.608)
P&D	(1.519)	(1.535)
RGR	(5.764)	(5.104)
CDE	(21.117)	(20.574)
TFSEE	(592)	(584)
Quota PROINFA	(5.120)	(5.281)
	151.925	153.482

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

21 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(11.132)	(10.421)
Material	(1.752)	(1.080)
Serviços de terceiros	(1.952)	(1.951)
Arrendamentos e aluguéis	(279)	(115)

Seguros	(436)	(293)
Tributos	(34)	(38)
Depreciação e amortização	(19.256)	(19.084)
Gastos diversos	(1.675)	(1.086)
	<u>(36.516)</u>	<u>(34.068)</u>

22 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(4.976)	(5.770)
Administradores	(305)	(447)
Serviços de terceiros	(807)	(924)
Provisão/reversão (i)	(919)	3.459
Gastos com locomoção	(901)	(1.206)
Indenizações (ii)	(2.510)	-
Outras	(804)	(78)
	<u>(11.222)</u>	<u>(4.966)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados, ocorrida no exercício de 2021, enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, a vendedora se comprometeu a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas à Companhia, nos termos e condições previstos no Contrato. Em 2022, foi realizado um acordo, e alguns destes valores pagos pela Companhia foram negociados para recebimento a menor, gerando assim, a despesa para a companhia.

23 Despesa de pessoal

Pessoal - operação	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(7.180)	(6.725)
Encargos	(2.421)	(2.295)
Previdência privada	(121)	(131)
Outros Benefícios - Corrente	(1.341)	(1.144)
Outros	(69)	(126)
	<u>(11.132)</u>	<u>(10.421)</u>
Pessoal - administração	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(2.817)	(3.268)
Encargos	(1.148)	(1.283)
Previdência privada	(62)	(81)
Benefícios	(476)	(607)
Outros	(473)	(531)
Administradores	(305)	(447)
	<u>(5.281)</u>	<u>(6.217)</u>
	<u>(16.413)</u>	<u>(16.638)</u>

24 Outras (despesas)/receitas operacionais

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas da prestação de serviços (i)	13.046	11.348
Outras receitas	-	97
Tributo sobre a receita	(1.662)	(1.619)
Pessoal	(2.189)	(2.027)
Arrendamentos e aluguéis	(179)	(131)
Depreciação e Amortização	(529)	(587)
Serviços de Terceiros	(915)	(941)
Gastos Diversos Serviços de O&M (ii)	(1.281)	(921)
Outras despesas	(260)	(172)
	6.031	5.047
	6.031	5.047

- (i) Variação refere-se a principalmente a receita de contratos de compartilhamento de infraestrutura e de serviços de compartilhamento de O&M.
- (ii) Variação refere-se principalmente a gastos com locomoção e viagens.

25 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	18.422	44.730
Receitas de aplicações financeiras (i)	18.728	3.068
Variações cambiais ativas (ii)	-	41.183
Outras receitas financeiras	592	652
Tributos sobre receitas financeiras	(898)	(173)
Despesa financeira	230	(53.960)
Variações cambiais passivas (ii)	-	(46.791)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (ii)	-	(8.498)
Multas e acréscimos moratórios	(40)	(306)
Outras despesas financeiras (iii)	270	1.635
	18.652	(9.230)
	18.652	(9.230)

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 5.
- (ii) Variação referem-se às flutuações das taxas de dólar e juros devido do empréstimo com a SGID que foi finalizado no exercício de 2021 através de conversão de capital.
- (iii) Valor de 2021 refere-se principalmente a baixa de atualização monetária de provisão referente a tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN. Em 2022 ocorreu estorno de atualização monetária devido ao cumprimento de compensação ambiental de gestão federal (Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Refúgio da vida Silvestre do Oeste Baiano e área de proteção ambiental Planalto Central).

26 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	79.083	74.315
Adições/Exclusões não dedutíveis	2.702	(3.115)
Variação Cambial	-	(27.872)
Juros Indedutíveis	-	5.227
Ajustes ICPC 01	33.223	10.745
Outros	(1.073)	-
Lucro Real	<u>113.935</u>	<u>59.300</u>
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	113.935	59.300
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(28.460)	(14.801)
Inc. Fiscais	783	496
IRPJ devido (25%)	(27.677)	(14.305)
CSLL (9%)	<u>(10.350)</u>	<u>(5.337)</u>
IR e CS correntes	(38.027)	(19.642)
Alíquota efetiva	48%	26%

27 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 27.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	218.751	107.760
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	28	4.254	3.151
Concessionárias e permissionárias	8	19.510	21.141
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores – terceiros	-	4.669	1.969
Fornecedores - partes relacionadas	28	1.083	1.265

27.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	218.751	107.760
Contas a receber partes relacionadas	4.254	3.151
Concessionária e Permissionárias	19.510	21.141

c. *Riscos cambiais*

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento

periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

28.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	<u>4.254</u>	<u>3.151</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	3.949	3.032
Outros	<u>305</u>	<u>119</u>
Intercompany CET Brazil - Despesas de aluguel	32	32
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	72	72
Intercompany ITE - Despesas de pessoal	1	1
Intercompany Paranaíba - Despesas de viagens	14	14
Intercompany PRTE - Despesas de IPTU	62	-
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini (ii)	124	-

28.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.083</u>	<u>1.265</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.083	1.068

Serviços de engenharia SGSE (iv)	-	183
Outros	-	14

28.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<u>9.507</u>	<u>(5.968)</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	10.383	8.393
Aluguel (iii)	(123)	(67)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	(753)	(188)
Juros com empréstimos (nota explicativa 24)	-	(8.498)
Varição cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 24)	-	41.183
Varição cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 24)	-	(46.791)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

28.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	567	703
Benefícios diretos e indiretos	100	148
Encargos	338	393
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>459</u>	<u>485</u>
Valor total da remuneração	1.464	1.729

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

29 Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	241.902	241.902
Veículos	Carros	3.490	1.781
		265.392	263.683

31 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 9.595 (nove milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
SMTE020215332	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	2.303
SMTE020226217	Cobra	Contrato EPC - Banco de Reator	24/02/2022	3.877
SMTE-PM-2022-6917	Balteau	IPARO - Fornecimento de TC	18/07/2022	264
SMTE-PM-2022-6921	Brafer	IPARO - Stuctures	26/07/2022	82
SMTE-PM-2022-6920	Siemens	IPARO - CB / Disconnectores / Spare	29/07/2022	1.585
SMTE-PM-2022-6919	IOSI	IPARO - SPCS	22/08/2022	699
SMTEPM202140612	E-Guana	Siget	22/09/2021	12
EXP-SMTE-2019-008	Nari	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	154
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	250
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	291
SMTE-PM-2021-4432	SGSE - State Grid Serviços de Engenharia S.A.	Contrato EPC	27/09/2021	78
				9.595

Cronograma de vencimento

Em R\$

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

2023

9.595

9.595

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2